



PLHIS

**SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DOS
Planos Locais de Habitação de Interesse Social**



**Secretaria Nacional
de Habitação**

**Ministério
das Cidades**





Programação

Introdução

Política Nacional de Habitação, Sistema Nacional de Habitação e PlanHab

Parte I

Visão geral do PLHIS

Proposta Metodológica

Parte II

Diagnóstico – Necessidades Habitacionais

Diagnóstico – Contexto

Parte III

Estratégias de Ação



Enfrentando o Déficit Habitacional no Brasil

Política Nacional de Habitação

Sistema Nacional de Habitação

Plano Nacional de Habitação

**Sistema Nacional de Habitação
de Interesse Social**

Sistema Nacional de Mercado



Estrutura Institucional





Política Nacional de Habitação

Implantação da PNH

- **Ampliação das fontes de recursos e subsídios**
- **Priorização das faixas de renda de até 5 salários mínimos, com ênfase na população de até 3 salários**
- **Criação do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social**
- **Adesão de Prefeituras e Governos de Estado ao SNHIS (exigência de Fundo, Conselho Gestor do Fundo e Plano)**
- **Novos programas: Assistência Técnica e Desenvolvimento Institucional (Apoio à Elaboração do PLHIS)**
- **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC**
- **Elaboração do Plano Nacional de Habitação - PlanHab**



Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

- Acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável
- Articulação institucional e controle social
- Implementar políticas e programas de investimentos e subsídios

Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

- Centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SNHIS, destinados a famílias com renda de até 5 salários mínimos



Adesão ao SNHIS

Requisitos Básicos

- **Termo de Adesão ao SNHIS**
- **Constituição de Fundo de Habitação de Interesse Social**
- **Constituição de Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social**
- **Relatórios Periódicos de Gestão do Conselho**
- **Elaboração de Plano Local de Habitação de Interesse Social**



Campanha Direito à Moradia

Ações para implementação do SNHIS

1ª. ETAPA (2006 e 2007):

- 16 Oficinas de Sensibilização para Adesão ao SNHIS em 2006
- Adesão de todos os estados e mais de 5.000 municípios

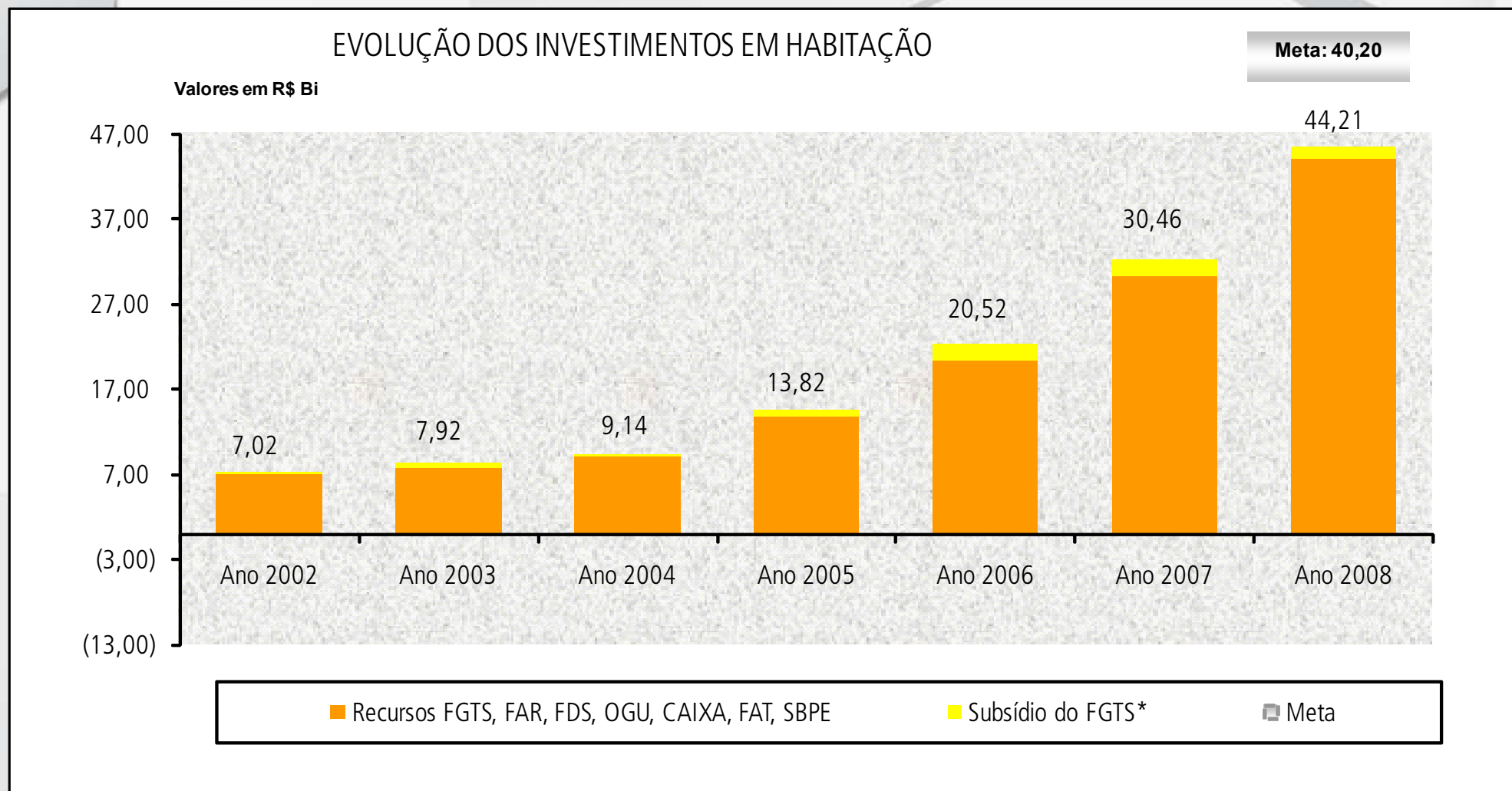
2ª. ETAPA (2008 e 2009):

- Ação de Apoio à elaboração do PLHIS (1.200 municípios e 24 estados)
- Curso de Ensino à Distância sobre PLHIS, início de agosto (4.350 gestores locais e segmentos da sociedade)
- Oficinas regionais sobre PLHIS para governos estaduais, conselheiros e segmentos da sociedade
- Reedição do Guia de Adesão ao SNHIS
- Banco de Experiências de PLHIS no site do MCidades
- Curso de Ensino à Distância – Urbanização de Favelas (1ª edição: 300 agentes capacitados; 2ª edição: 640 agentes a serem capacitados)
- Plano Nacional de Habitação: Redefinição das metas em decorrência do conjunto de medidas para o setor anunciado dia 25/03/2009
- Programa Minha Casa Minha Vida (Lançado no dia 13/04/2009)



Investimento em Habitação

Evolução



Dezembro de 2008

PLHIS - Enfrentando o Déficit



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades





Plano Nacional de Habitação



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades





Estrutura do Plano Nacional de Habitação

1. O que é o PlanHab?



Uma estratégia de desenvolvimento econômico e inclusão social

2. Como foi elaborado?



Com a participação da sociedade no Plano Nacional de Habitação

3. Contextualização



Caracterização do problema da habitação no Brasil

4. Projeções e Cenários



Horizontes da questão habitacional nos próximos 15 anos

5. Objetivos e Estratégias



Como equacionar as necessidades habitacionais até 2023

6. Linhas Programáticas



Um leque de alternativas para enfrentar o problema habitacional

7. Metas



Começando a equacionar o problema da habitação no Brasil

9. Etapas e ações de implementação



O que e como fazer para implementar o PlanHab?



PlanHab: o que é...

- **Planejamento de longo prazo**

Horizonte temporal: 2023 (4 quadriênios)

Revisões a cada PPA (2011, 2015 e 2019)

- **Aperfeiçoamento do arcabouço institucional e jurídico**

- **Equacionamento as necessidades habitacionais brasileiras, considerando o perfil do déficit e a diversidade do território nacional (tipologia de cidades)**

- **Configura-se como um plano-de-ação: “articulação entre estratégias estruturadoras e ações concretas”**

- **Etapas do PlanHab**

1 – Contextualização

2 – Cenários

3 – Estratégias de Ação

- **Início: julho de 2007**

- **Término: final de 2008**



PlanHab: como foi feito...

Metodologia Participativa

- **CANAIS INSTITUCIONAIS DE CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO**

Comitê Técnico de Habitação do ConCidades CTH/Concidades

Conselho Curador do FGTS – CCFGTS

Conselho Gestor do FNHIS – CGFNHIS

Fórum dos Secretários de Habitação e ABC

- **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DO PlanHab:**

12 membros do ConCidades que acompanharam todo o processo de elaboração

- **SEMINÁRIOS REGIONAIS PARA ELABORAÇÃO DO PlanHab**

Centro-Oeste, Sudeste, Sul, Nordeste e Norte

- **OFICINAS COM SEGMENTOS SOCIAIS ESPECÍFICOS, como movimentos de moradia, empresários, sindicatos, categorias profissionais etc**

- **SEMINÁRIOS COM ESPECIALISTAS do setor habitacional**



62 ATIVIDADES PARTICIPATIVAS

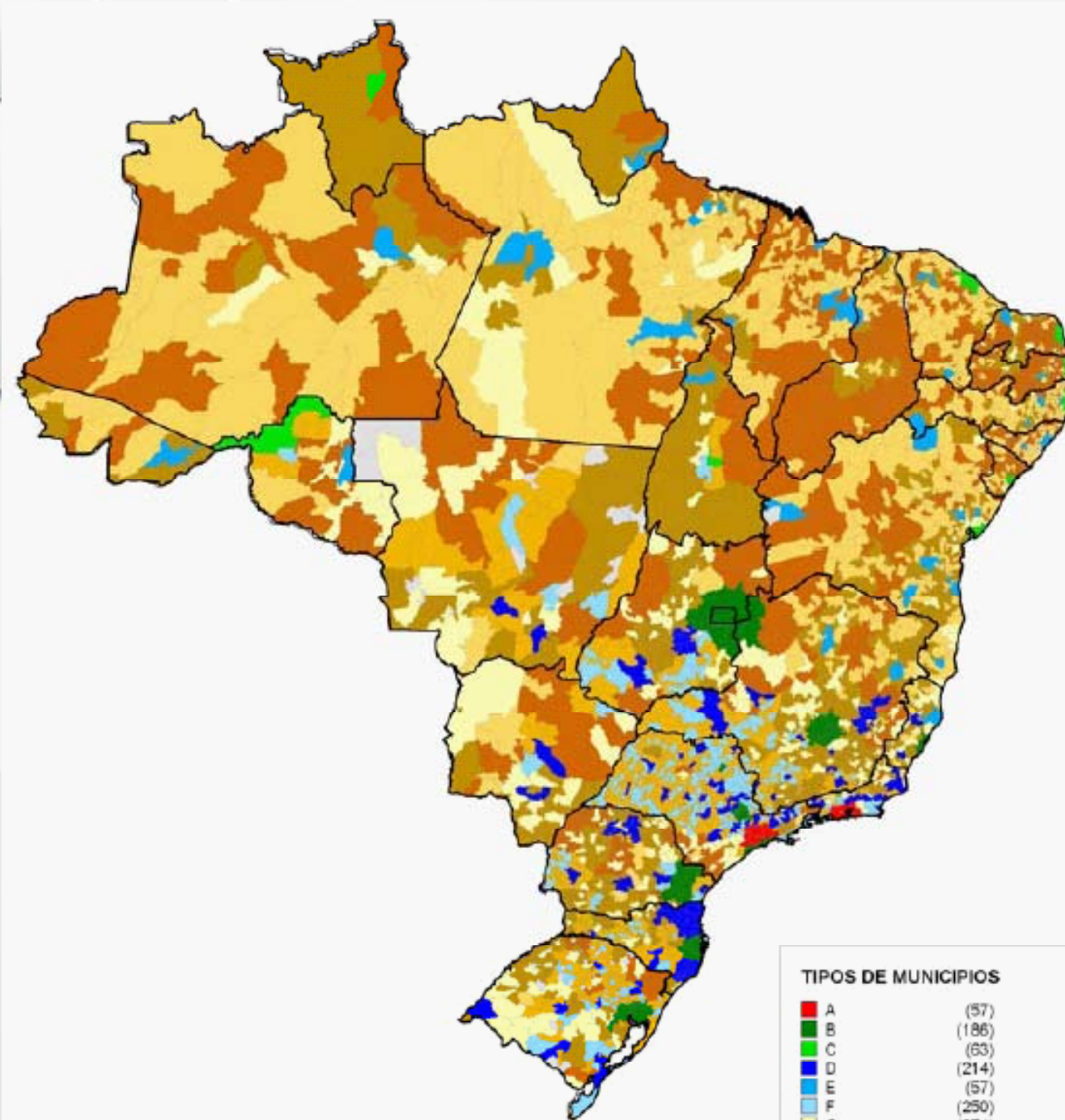
ago 2007 a nov 2008

Apresentações para Conselhos: ConCidades/Câmara Técnica de Habitação – CGFNHIS – CCFGTS	13
Oficinas com o Grupo de Acompanhamento do PlanHab	11
Seminários Regionais	5
Apresentações públicas e discussões com segmentos da sociedade civil organizada	21
Oficinas técnicas e mesas com especialistas	10
Reuniões na Conferência das Cidades	2



Municípios integrantes de regiões metropolitanas e municípios com mais de 100 mil habitantes	A	Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo Metrópoles situadas em regiões de alta renda, com alta desigualdade social. São denominadas metrópoles globais pela concentração de atividades econômicas e fluxos econômicos e financeiros.
	B	Regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais do centro-sul Metrópoles, aglomerações urbanas e capitais situadas em regiões de alto estoque de riqueza, grande importância funcional na rede de cidades. São consideradas cidades pólo em suas respectivas regiões.
	C	Regiões metropolitanas e principais aglomerações e capitais prósperas N e NE Principais centros polarizadores do Norte e Nordeste, com estoque de riqueza inferior aos tipos A e B, com maior concentração de pobreza e alta desigualdade.
	D	Aglomerados e centros regionais Centro Sul Municípios situados em regiões com alto estoque de riqueza, com importância como centros polarizadores em sua microrregião.
	E	Aglomerados e centros regionais N e NE Municípios com baixo estoque de riqueza, porém com grande importância regional. Cidades pólo situadas em microrregiões de menor dinamismo.
Municípios com população entre 20 e 100 mil habitantes	F	Centros urbanos em espaços rurais prósperos Municípios que estão crescendo moderadamente, situados nas microrregiões mais ricas do país. Têm mais condições de enfrentar o déficit com recursos próprios.
	G	Centros urbanos em espaços rurais consolidados, com algum grau de dinamismo Municípios situados em microrregiões historicamente de maior pobreza e relativa estagnação, mas apresentam situação mais positiva em comparação aos demais tipos subsequentes.
	H	Centros urbanos em espaços rurais com elevada desigualdade e pobreza Municípios que se destacam pelos níveis mais elevados de pobreza, maior número de domicílios sem banheiro, e alto déficit habitacional relativo.
Municípios com população com menos de 20 mil habitantes	I	Pequenas cidades em espaços rurais prósperos
	J	Pequenas cidades em espaços rurais consolidados, mas de frágil dinamismo recente
	K	Pequenas cidades em espaços rurais de pouca densidade econômica

TIPOLOGIA DE MUNICÍPIOS DO PlanHab



TIPOS DE MUNICÍPIOS

A	(57)
B	(186)
C	(63)
D	(214)
E	(57)
F	(250)
G	(274)
H	(536)
I	(976)
J	(1437)
K	(1406)
sem informação	(55)



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades





Estratificação da Demanda por Grupo de Atendimento

- **Necessidade de aperfeiçoar os critérios para a definição de grupos de beneficiários dos programas habitacionais**
- **O PlanHab propõe Grupos de Atendimento com o objetivo de superar a renda familiar como único referencial para o acesso das famílias ao financiamento e ao subsídio habitacional**
- **O PlanHab define 5 faixas de Grupos de Atendimento, considerando a renda familiar e per capita, a análise da cesta de consumo e tipologia de municípios.**
- **Também relaciona os Grupos de Atendimento com o funding adequado a cada situação de financiamento**



Estratificação da Demanda por Grupo de Atendimento

- **Grupo I** – Famílias com renda abaixo da linha de financiamento
- **Grupo II** – Famílias com renda que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, mas insuficiente para adquirir uma solução habitacional e com alto risco de crédito para os Agentes Financeiros
- **Grupo III** - Famílias com renda mensal que permite assumir pagamento mensal e acessar financiamento, com moderado risco de crédito para os Agentes Financeiros
- **Grupo IV** – Famílias com capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento, em valor suficiente para acessar uma moradia adequada, (perfil do FGTS)
- **Grupo V** – Famílias com plena capacidade de acesso a uma habitação através de financiamento de mercado (SBPE e outros)



Caracterização do Problema

Déficit e demanda
futura por habitações

Milhões de domicílios

Déficit 2007	7,2
Demanda 2007 - 2023	27,0
TOTAL	34,2

Fonte: Elaborado a partir de Fundação João Pinheiro (2008) e MCidades/CEDEPLAR (2007)

Déficit por urbanização
Assentamentos precários

Milhões de domicílios

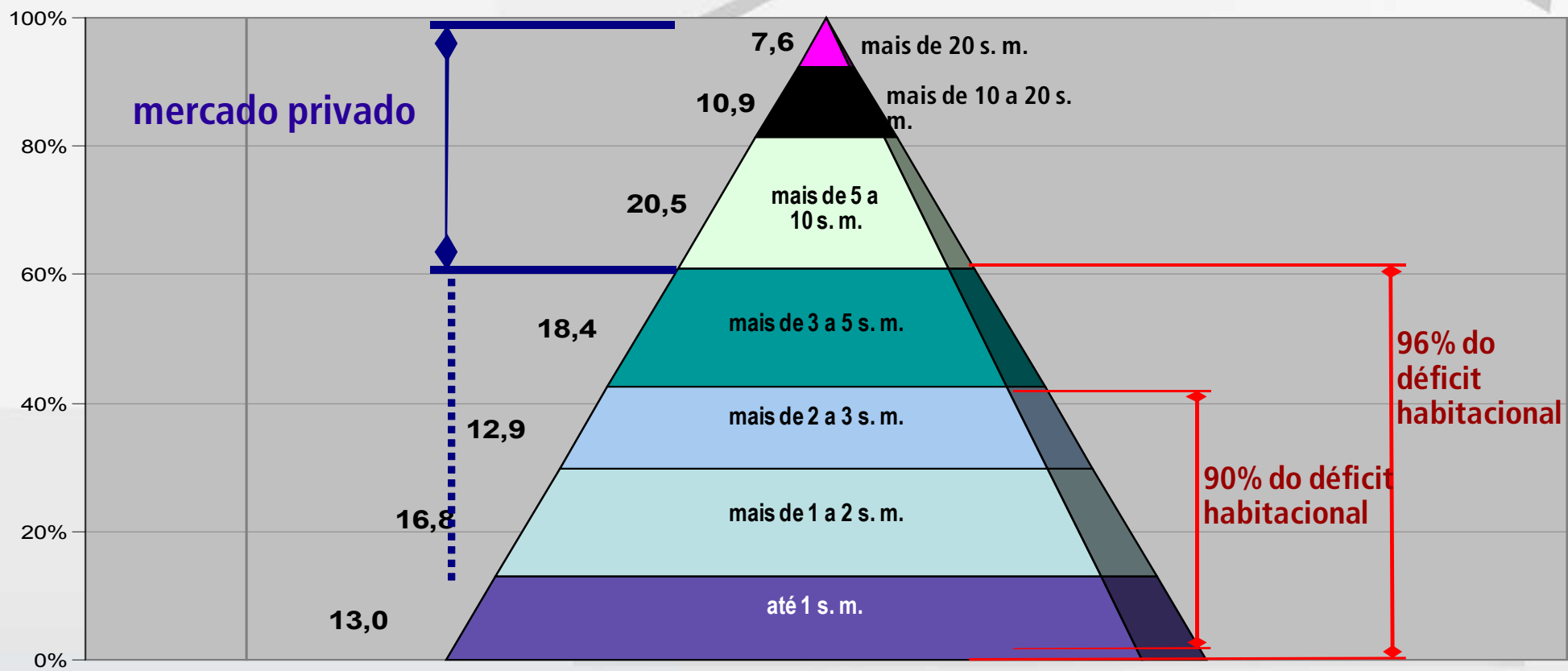
Déficit por urbanização	3,2
Previsão de unidades novas para viabilizar obras	0,9

Fonte: Elaborado a partir de Fundação João Pinheiro (2008) e MCidades/CEDEPLAR (2007).

Fonte da Previsão: elaboração Consórcio Via Pública/ Fupam Lab-Hab/ Logos Eng



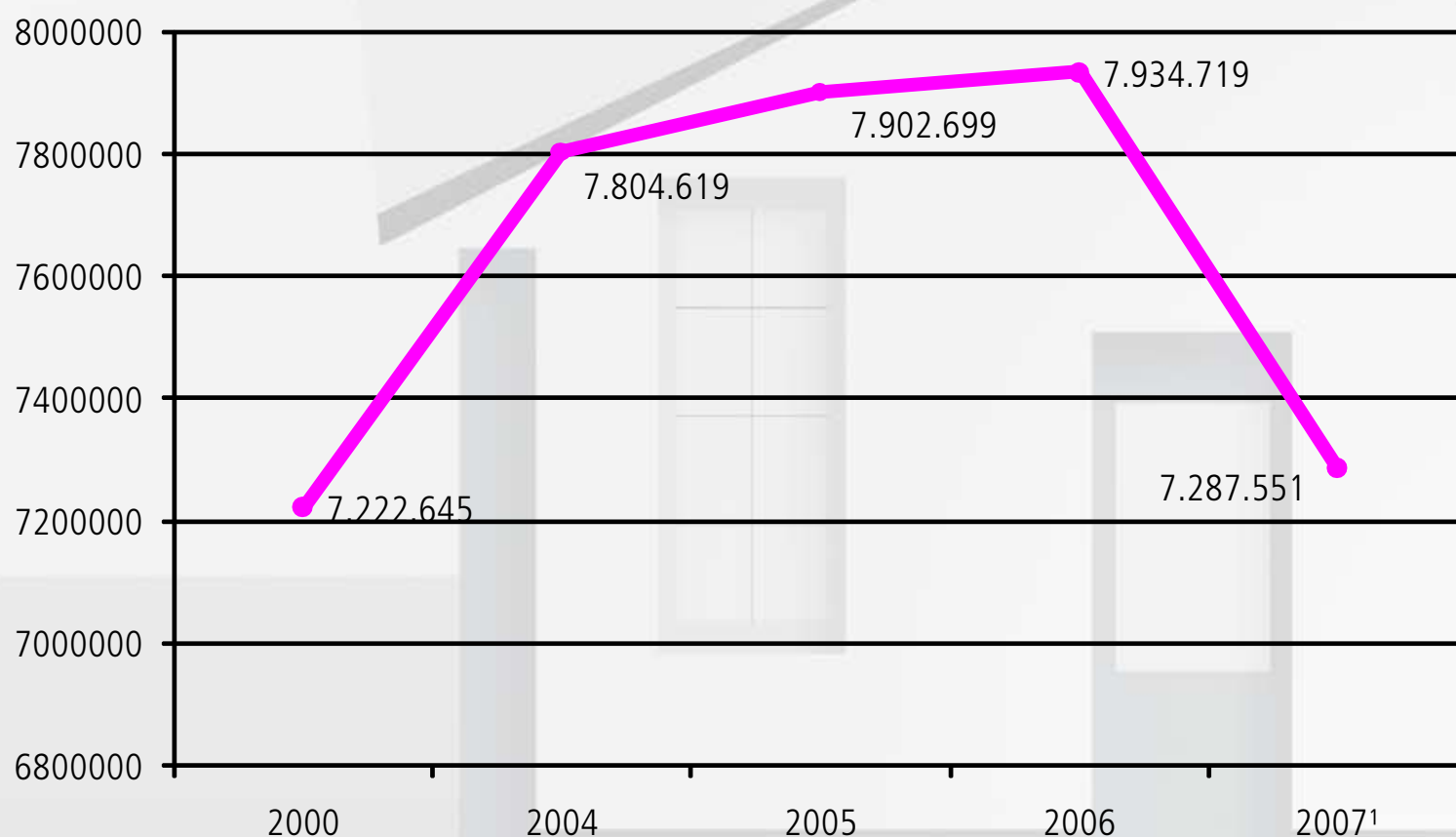
Déficit por Faixa de Renda



1 salário mínimo (s.m.) = R\$ 460



Evolução do Déficit Habitacional

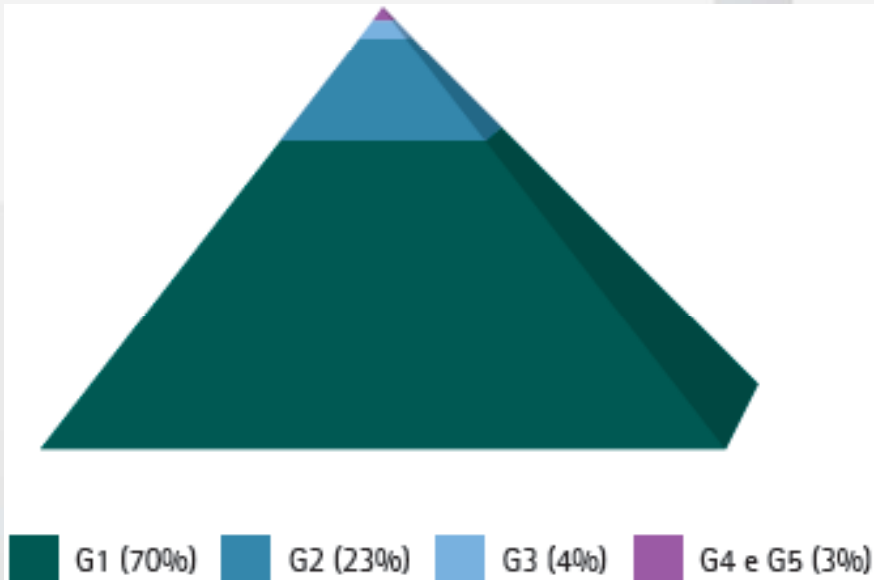


Fonte: MCidades/SNH/DICT; e Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional no Brasil



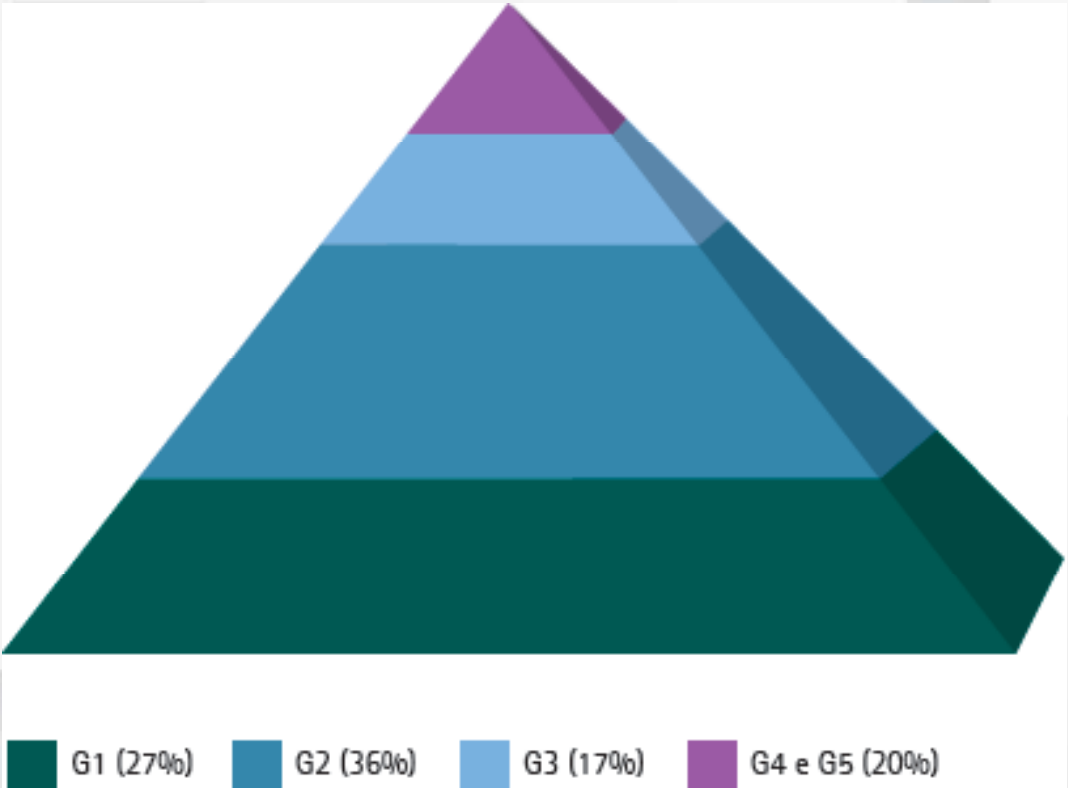
Distribuição do Déficit e da Demanda Futura por Grupos de Atendimento

Déficit acumulado até 2006



7,9 milhões

Necessidades futuras 2007-2023



27 milhões



PlanHab

Objetivos e Estratégias

A estratégia do PlanHab para equacionar as necessidades habitacionais no Brasil foi dividida em quatro eixos, que precisam ser atacados simultaneamente, com iniciativas clara e bem delimitadas, gerando resultados no curto, médio e longo prazo.

Eixos estratégicos do PlanHab

1. Modelo de financiamento e subsídios
2. Política urbana e fundiária
3. Desenho institucional
4. Cadeia produtiva da construção civil



1. Modelo de Financiamento e Subsídio

Estratégias

- 1. Ampliar os recursos não-onerosos destinados à habitação de interesse social, garantindo estabilidade e previsibilidade**
- 2. Destinar recursos do FNHIS para a urbanização e regularização de assentamentos precários e produção de unidades novas a serem destinadas às famílias sem capacidade tomar financiamento (G1)**
- 3. Reduzir os custos e ampliar o orçamento do FGTS para aumentar o volume de financiamento às famílias que necessitam de subsídio parcial (G2 e G3);**
- 4. Criar a Carta Subsídio para operacionalizar com agilidade a política de subsídios, com recursos do FGTS e do SNHIS**
- 5. Criar o Fundo Garantidor para reduzir o risco de crédito do agente financeiro e garantir o atendimento às faixas de baixa renda com alto risco de crédito (G2)**
- 6. Estimular, por meio de direcionamento, a utilização de recursos do SBPE para financiar imóveis destinados ao G4**



2. Política Urbana e Fundiária

Estratégias

- 1. Incorporar instrumentos de manejo do solo urbano e de regularização fundiária de assentamentos precários e informais no PL 3.057/2000**
- 2. Estimular os municípios a adotarem instrumentos para facilitar o acesso a terra urbanizada, utilizando o Índice de Capacidade Insitucional Habitacional e Gestão Urbana**
- 3. Dimensionar a terra necessária para a produção de HIS e integrar a regularização fundiária nos PLHIS**
- 4. Produzir e regularizar a habitação de interesse social no imóveis da União**
- 5. Criar o Subsídio Localização para viabilizar a produção e a reabilitação de HIS em áreas históricas, centrais e consolidadas**
- 6. Aplicar os instrumentos de regularização fundiária previstos no Estatuto da Cidade na Medida Provisória 2.220/2001**
- 7. Revisar as ações possessórias no Código de Processo Civil**



3. Desenho Institucional

Estratégias

- 1. Fortalecer o setor público e explicitar os papéis e competências de cada nível de governo do SNHIS**
- 2. Fortalecer os agentes não estatais para exercerem seu papel no SNHIS**
- 3. Garantir o controle social e a participação da sociedade na implementação da política e dos planos nas três esferas federativas**
- 4. Criar o Índice de Capacidade Institucional Habitacional e de Gestão Urbana para bonificar com maior acesso aos recursos federais os entes federativos que se qualificarem para gerir adequadamente o setor habitacional**
- 5. Capacitar os agentes do SNHIS para garantir repertório comum, agilidade e qualidade na implementação do PlanHab**
- 6. Instituir o Sistema de Informações da Habitação a partir do CadÚnico, completado com informações para gestão e avaliação da política**
- 7. Criar um sistema de monitoramento e avaliação que permita o controle dos resultados e a revisão periódica do PlanHab**



4. Cadeia Produtiva da Construção Civil

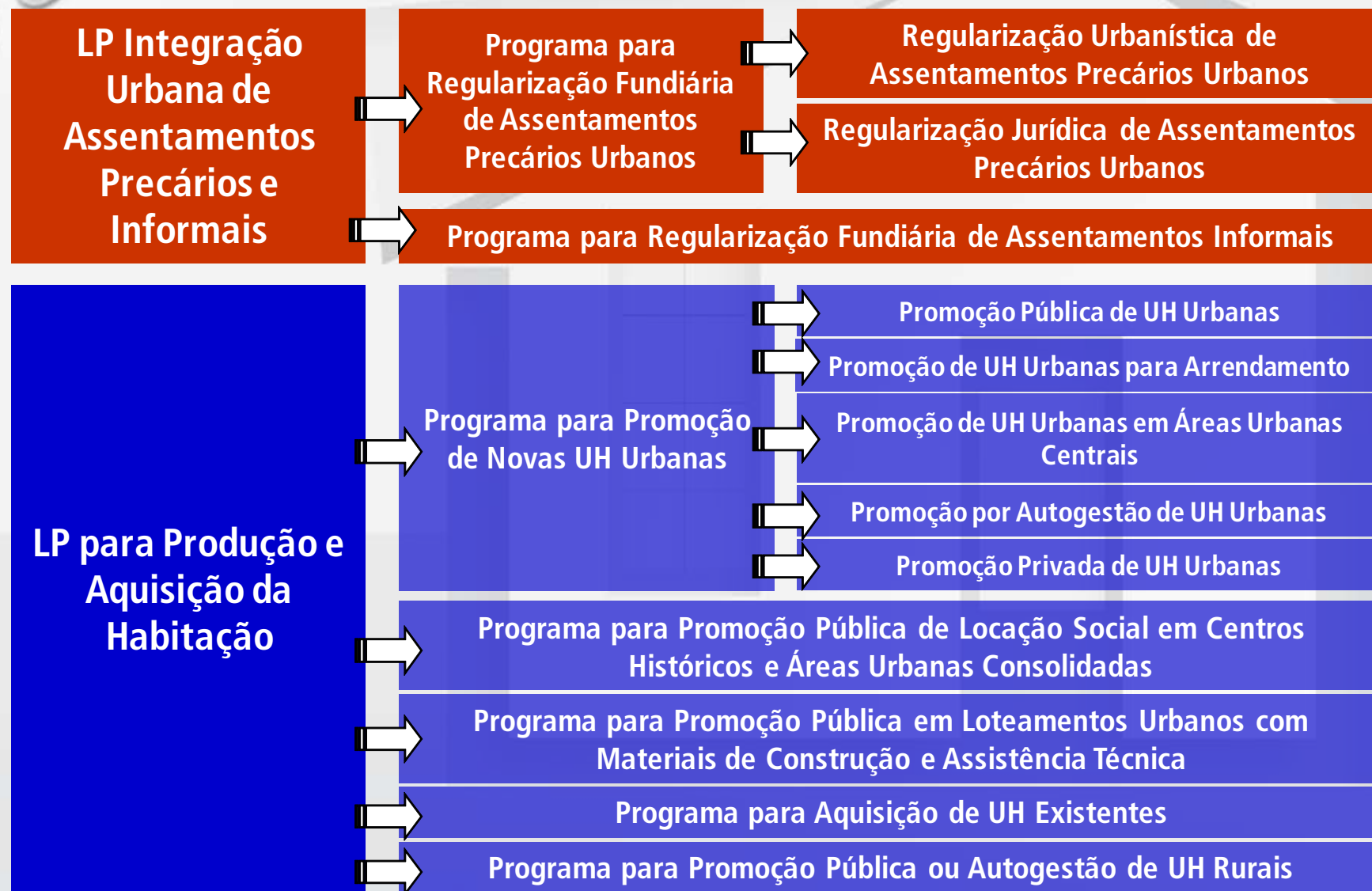
Estratégias

- 1. Desonerar o processo de produção da HIS, garantindo que os incentivos gerem efetivamente uma redução no custo e aumento da oferta**
- 2. Dar agilidade aos procedimentos de aprovação de empreendimentos habitacionais, simplificando o processo de licenciamento no âmbito local e criando ambiente favorável à agilização dos registros cartoriais**
- 3. Modernizar processos de produção a partir do incentivo à utilização de materiais, componentes, sistemas e tecnologias adaptadas às características regionais e adequadas às especificidades da HIS**
- 4. Estabelecer normas gerais aplicáveis em todo o território que dêem homogeneidade às exigências para HIS**
- 5. Capacitação de mão-de-obra e de profissionais que trabalham no setor habitacional voltado à HIS, alcançando mais qualidade nos projetos e processos de construção**
- 6. Apoio ao autoempreendimento e aos processos com autogestão e cooperativados**



PlanHab

Linhas Programáticas





PlanHab

Linhas Programáticas

LP para Melhoria Habitacional



Programa para Autopromoção Habitacional Assistida

LP para Assistência Técnica



Programa para Assistência Técnica em Arquitetura, Engenharia, Direito, Serviço Social e Contabilidade

LP para Desenvolvimento Institucional



Programa para Desenvolvimento Institucional



PlanHab *Metas*

As metas foram construídas a partir de simulações considerando inúmeros aspectos e premissas, definidas nos diferentes eixos tratados no PlanHab

Para viabilizar as simulações, foram definidas as seguintes premissas:

- Estratificação dos Grupos de Atendimento
- Definição dos produtos habitacionais e seus custos, por Estados e tipologias de municípios
- Distribuição dos produtos habitacionais, por tipologia de municípios
- Distribuição dos produtos habitacionais de acordo com os Grupos de Atendimento
- Prioridade de atendimento por Grupo de Atendimento
- Contrapartidas dos beneficiários
- Modelo de financiamento e subsídio
- Cenário das fontes de recursos



Estratificação dos Grupos de Atendimento

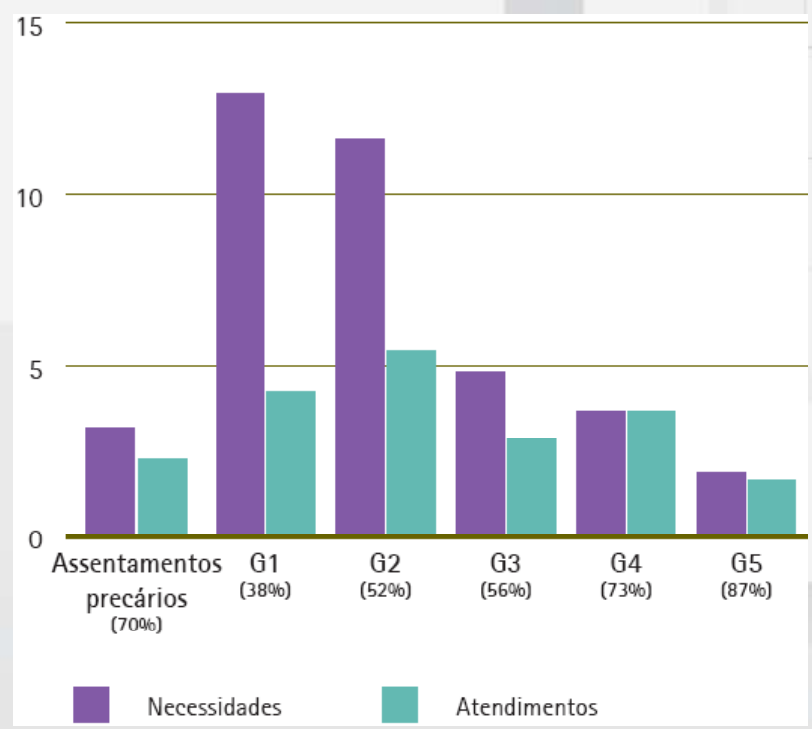
	Capacidade Financeira	Necessidade (em milhões de domicílios)	Fontes de Recursos
G 1	Famílias com renda líquida abaixo da linha de financiamento RM SP/RJ: até R\$ 800 / Outras RMs: R\$ 700 Demais situações: até R\$ 600	12,9	FNHIS
G 2	Famílias que acessam financiamento habitacional, mas requerem subsídio de complemento e equilíbrio RM SP/RJ: de R\$ 800 a 1.600 / Outras RMs: de R\$ 700 a 1.400 / Demais situações: de R\$ 600 a 1.200	11,6	FGTS e FNHIS Financiamento com subsídio de complemento e equilíbrio
G 3	Famílias que podem acessar financiamento habitacional, com subsídio de equilíbrio RM SP/RJ: de R\$ 1.600 a 2.000 / Outras RMs: de R\$ 1.600 a 2.000 / Demais situações: de R\$ 1.600 a 2.000	4,8	FGTS Financiamento com subsídio de equilíbrio
G 4	Famílias com capacidade de assumirem o financiamento habitacional – de R\$ 2.000 a 4.000	3,7	FGTS
G 5	Famílias com capacidade de acesso a um imóvel por meio de financiamento de mercado – acima de R\$ 4.000	1,9	SBPE e mercado livre



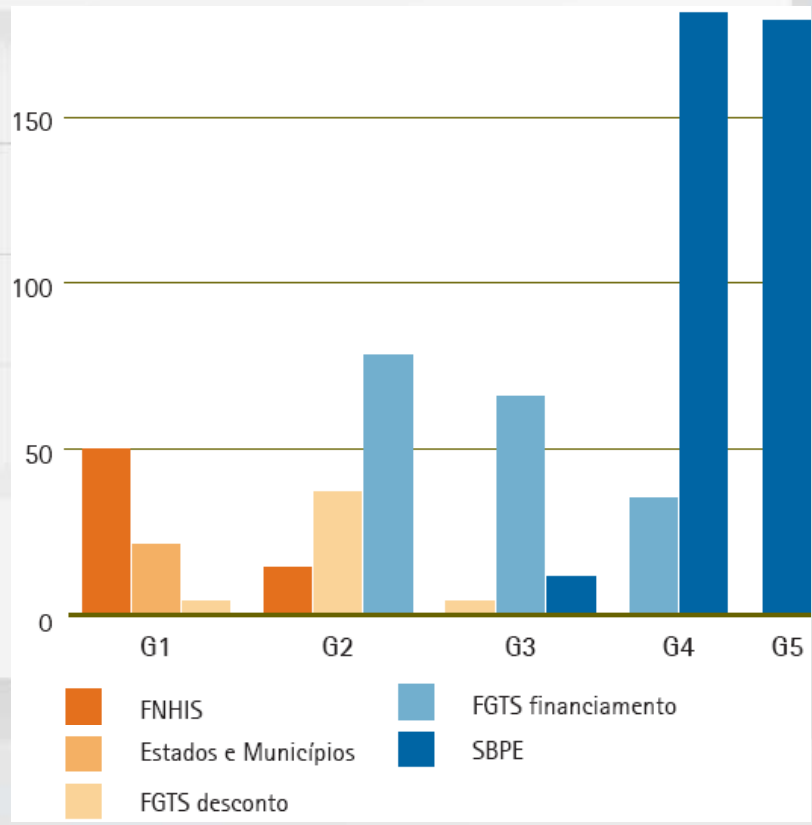
Metas de Atendimento

Cenário 1 – Mantendo o avanço do PAC

Comparação entre necessidades habitacionais e atendimentos (G1 a G5) (R\$ bilhões)



Segmentação das fontes de recursos (R\$ bilhões)



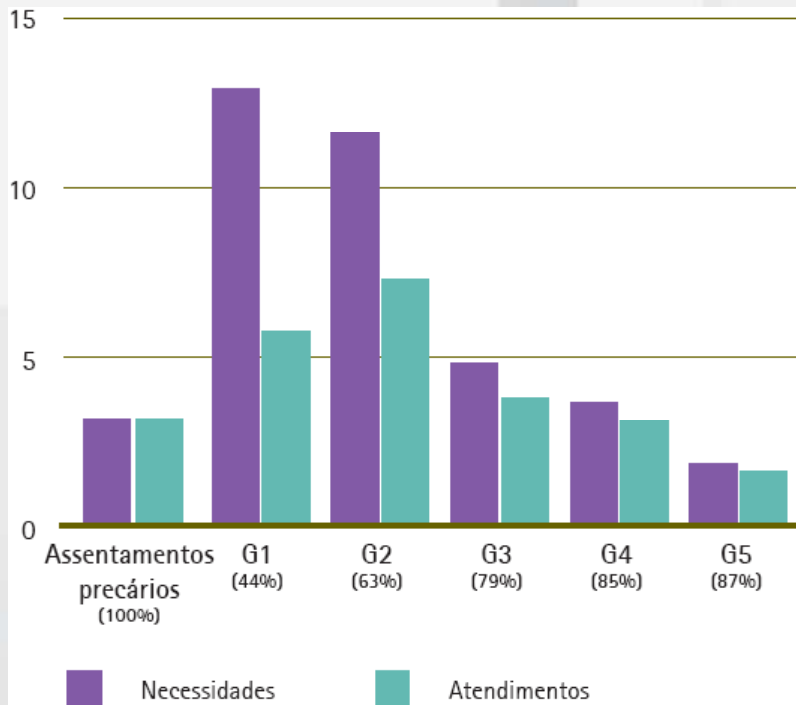
Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública, LabHab-Fupam, Logos Engenharia.



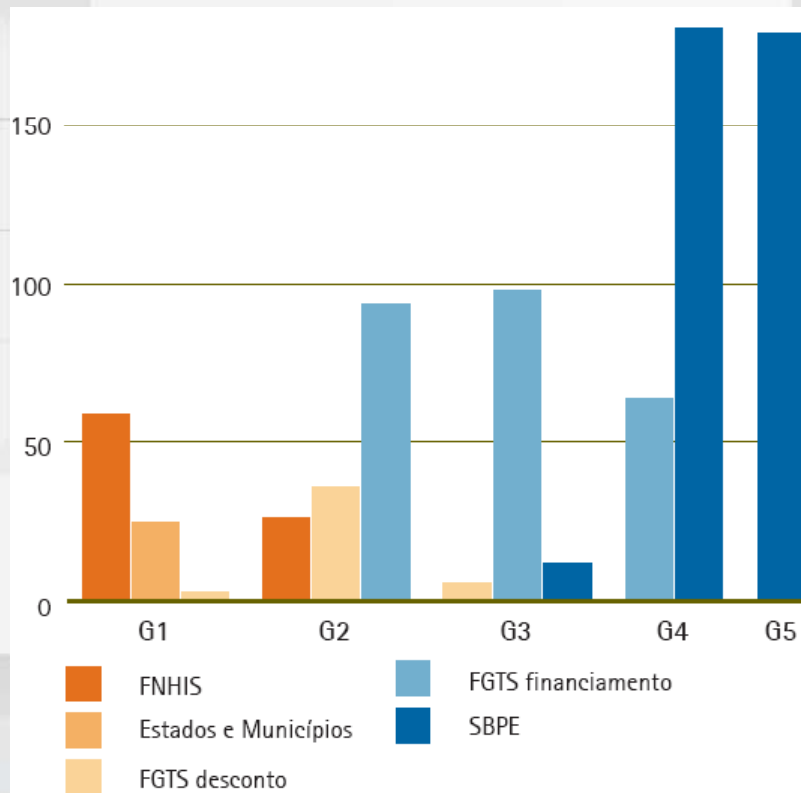
Metas de Atendimento

Cenário 2 – Crescimento moderado em relação ao PAC

Comparação entre necessidades habitacionais e atendimentos (G1 a G5) (R\$ bilhões)



Segmentação das fontes de recursos (R\$ bilhões)



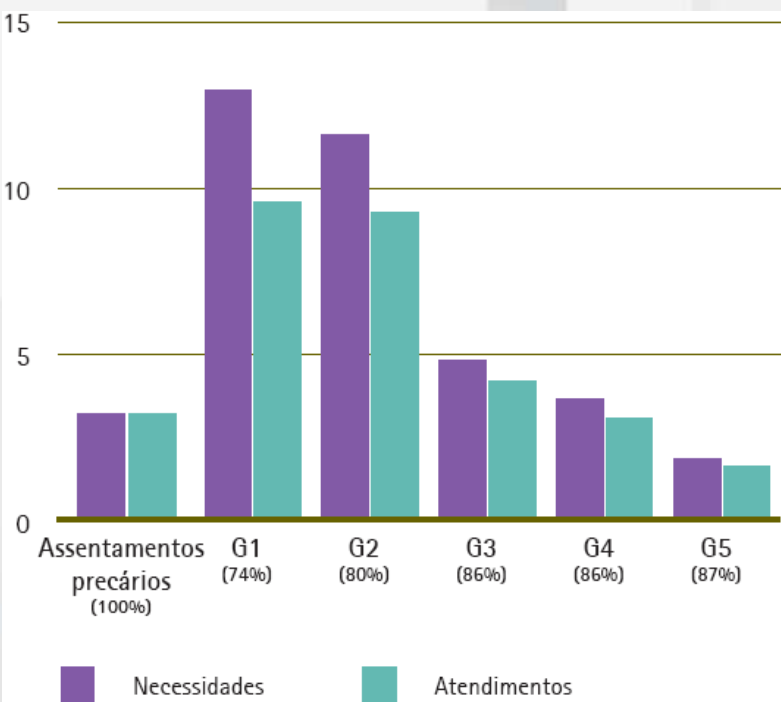
Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública, LabHab-Fupam, Logos Engenharia.



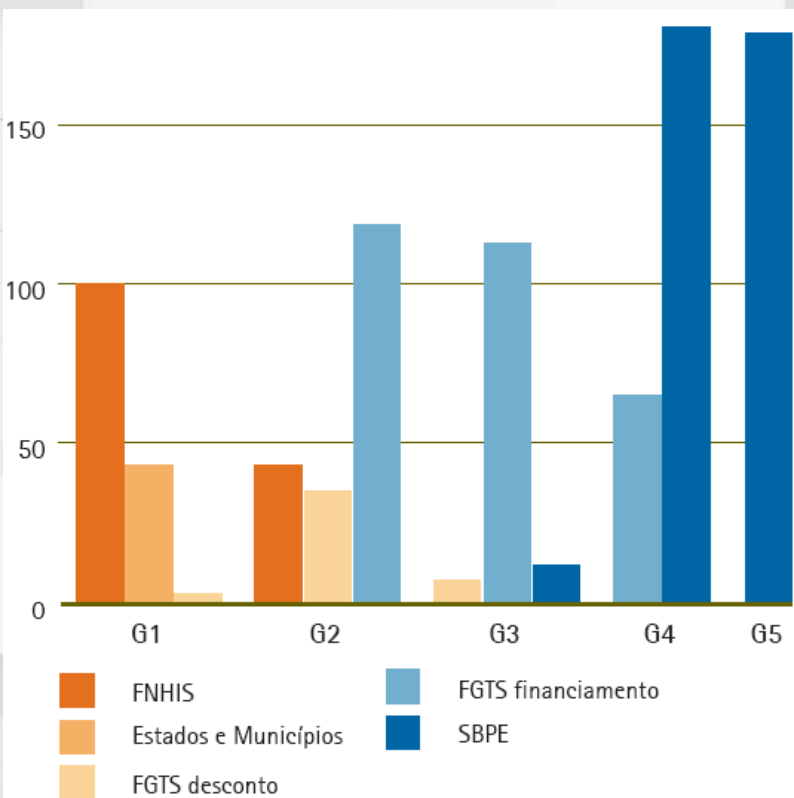
Metas de Atendimento

Cenário 3 – Adotando a proposta da PEC Moradia Digna

Comparação entre necessidades habitacionais e atendimentos (G1 a G5) (R\$ bilhões)



Segmentação das fontes de recursos (R\$ bilhões)



Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública, LabHab-Fupam, Logos Engenharia.



Metas de Atendimento *Desenvolvimento Institucional*

	UNIÃO	UF	MUNICÍPIOS	TOTAL
% de investimentos	70	20	10	100
CENÁRIO 1 – Mantendo o avanço do PAC (R\$ bi)				
SNH	0,12	-	-	0,12
UFs	0,02	0,02	-	0,03
Municípios e Conselhos	2,17	0,65	0,31	3,14
Cooperativas	0,09	-	0,02	0,11
Total (em R\$)	2,40	0,67	0,34	3,40
CENÁRIO 2 – Crescimento moderado em relação ao PAC (R\$ bi)				
SNH	0,14	-	-	0,14
UFs	0,03	0,01	-	0,04
Municípios e Conselhos	2,62	0,79	0,37	3,79
Cooperativas	0,11	-	0,03	0,13
Total (em R\$)	2,90	0,80	0,40	4,10



Metas de Atendimento

Desenvolvimento Institucional

	UNIÃO	UF	MUNICÍPIOS	TOTAL
% de investimentos	70	20	10	100
CENÁRIO 3 – Adotando a proposta da PEC Moradia Digna (R\$ bi)				
SNH	0,17	-	-	0,17
UFs	0,03	0,02	-	0,05
Municípios e Conselhos	3,16	0,97	0,48	4,62
Cooperativas	0,13	-	0,03	0,16
Total (em R\$)	3,50	0,99	0,51	5,00

Elaboração: Consórcio Instituto Via Pública, LabHab-Fupam, Logos Engenharia.



Minha Casa, Minha Vida



Direito à Moradia

Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades



UM PAÍS DE TODOS

GOVERNO FEDERAL



Minha Casa, Minha Vida

Premissas

- **Volumes de subsídios e modelos de financiamentos adequados ao perfil sócio-econômico do mutuário e sua capacidade de pagamento mensal.**
- **Participação dos entes federativos na estruturação de projetos, indicação de demanda, contrapartida física ou financeira.**
- **Distribuição dos recursos no país em função do déficit habitacional.**
- **Estímulo à produção de imóveis novos em cidades com mais de 100 mil habitantes (onde se concentra o déficit habitacional).**
- **Agilização de prazos para concessão de subsídios e financiamentos.**
- **Redução dos custos de transação imobiliária e financeira.**
- **Aumento significativo da escala de produção do mercado a fim de atingir a meta de 1 milhão de novas moradias.**
- **Estimativas do BNDES de criação de 1,5 milhão de empregos na cadeia da indústria da construção.**



Minha Casa, Minha Vida

Contexto de Mercado

- 25 empresas de construção civil com capital aberto em bolsa (fevereiro/2008).
- Estratégias de aumento de participação no mercado: 34 operações de aquisição, fusão e joint venture entre empresas da construção civil no período 2004 - 07 (Price Waterhouse Coopers).
- Expansão do mercado para consumidor de baixa renda, por meio da criação de subsidiárias específicas focadas neste nicho (FIT, Bairro Novo, Olá, etc).
- Estímulo à produção de imóveis novos em cidades com mais de 100 mil habitantes (onde se concentra o déficit habitacional).
- Custo e oferta de terra x rentabilidade para produção de unidades habitacionais para baixa renda.
- Gargalos para introdução de novas tecnologias e industrialização da construção.
- Principal funding para baixa renda, o FGTS está sendo operacionalizado basicamente por uma instituição financeira (Caixa), dificuldades para ampliar a inserção de agentes privados neste mercado.
- Perfil da carteira de financiamentos (FGTS e SBPE) focado em operações com imóveis usados.



Minha Casa, Minha Vida

Desafios

- **Incrementar significativamente os níveis atuais de produção imobiliária (implica em aumento dos níveis atuais de produtividade).**
- **Conciliar potencial de desenvolvimento do setor privado e déficit habitacional nas regiões do país.**
- **Manter o nível de investimentos em programas de urbanização de assentamentos precários.**
- **Promover o acesso da população de baixa renda ao crédito imobiliário de longo prazo a fim de otimizar a alocação de subsídios.**
- **Atrair novos agentes para o mercado de crédito imobiliário à população de baixa renda.**
- **Maximizar a participação de entes federativos, movimentos sociais e organizações da sociedade civil nos programas habitacionais.**
- **Fortalecimento institucional do Ministério das Cidades para acompanhamento e monitoramento dos novos programas.**
- **Consolidação da política de subsídios do Governo Federal a partir das mudanças promovidas pelo Minha Casa, Minha Vida.**



Minha Casa, Minha Vida

Desafios - entes federativos

- **Melhorar a capacidade de gestão dos órgãos responsáveis pela implementação de programas habitacionais.**
- **Ampliação e capacitação dos quadros técnicos, modernização administrativa e desenvolvimento institucionais.**
- **Identificar terras para viabilização de empreendimentos habitacionais com infraestrutura e devidamente integradas à cidade e à malha de transportes urbanos.**
- **Evitar a “mexicanização” dos empreendimentos, grandes conjuntos afastados dos pólos de geração de emprego e renda e dos centros urbanos.**



Minha Casa, Minha Vida

Desafios - entes federativos

- **Manter os custos parâmetros do programa a partir de esforços conjuntos com as construtoras.**
- **Desenvolver em conjunto com as construtoras projetos sintonizados com as necessidades das famílias, com máxima qualidade, minimizando os custos de produção.**
- **Reforçar os mecanismos de controle urbano a fim de minimizar os riscos de elevação do preço da terra proporcionados pelo aumento significativo dos tetos e volumes de subsídios proporcionado pelo Minha Casa, Minha Vida.**
- **Modernizar e agilizar processos de aprovação de edificações, priorizando HIS.**



Minha Casa, Minha Vida

Desafios - entes federativos

- **Institucionalizar procedimentos de inscrição e cadastro de demanda para programas habitacionais coerentes com as diretrizes da PNH.**
- **Criar e institucionalizar junto a conselhos locais de habitação e arcabouço regulatório e critérios locais para priorização e hierarquização de demanda.**
- **Ampliar o cadastramento no CADÚNICO às famílias selecionadas para programas habitacionais.**
- **Promover a integração dos programas habitacionais às políticas sociais e de geração de emprego e renda.**



Minha Casa, Minha Vida

Desafios - entes federativos

- **Estruturar programas de suporte social pré e pós-ocupação das famílias, abordando temas como gestão condominial e orçamento familiar (educação financeira) a fim de garantir a sustentabilidade dos empreendimentos.**
- **Estimular e incentivar processos de organização e mobilização comunitária a fim de viabilizar processos participativos no desenho e implantação dos empreendimentos, e minimizar os riscos de mudanças e degradação dos mesmos.**
- **Desenvolver mecanismos de checagem e controle dos cadastros de inscrição (especificamente para os critérios locais de procedência e organização da demanda).**
- **Estruturar fluxos e processos de controle e monitoramento local dos empreendimentos viabilizados a fim de garantir: (i) processos participativos; (ii) qualidade construtiva; (iii) harmonia urbanística; (iv) focalização dos subsídios; (v) fixação das famílias e sustentabilidade dos empreendimentos.**